

016ª SESSÃO ORDINÁRIA - 12MAR2012**(Texto com revisão final.)****O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher):** Passamos à**TRIBUNA POPULAR**

O Sr. César Henrique Schütz, representando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos, para tratar de assunto relativo às eleições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental.

O SR. CÉSAR HENRIQUE SCHÜTZ: Boa-tarde a todos e todas! Quero cumprimentar o Ver. Mauro Zacher e todos os Vereadores e Vereadoras da Casa.

No dia 19 de dezembro do ano passado, houve o processo de eleição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre. O que nos traz aqui é a importância que tem o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, o que ele traça e o que ele produz para a Cidade.

A grande questão é que, até hoje, o Conselho tem o predomínio de um setor da sociedade. O grande problema, quando se tem o predomínio de um setor da sociedade, é que o Conselho não ouve

a diversidade, a pluralidade de posições para a construção de um projeto para a Cidade.

Nessas eleições, ocorreram alguns fatos que, para nós, são estranhos e necessitam de publicização, necessitam desta tribuna e desta fala. Esses fatos estão baseados em dois eixos. Primeiro eixo: as manipulações, as irregularidades durante todo processo conduzido tanto pela comissão eleitoral quanto pelo Secretário Municipal. Segundo: a falta e o descaso completo com a democracia, com o respeito à diversidade e com o respeito ao debate. Em todo o processo do Conselho não houve nenhum debate sobre qual o papel do Conselho e quais as propostas de quem está na chapa do Conselho.

Então, vou partir para a leitura desses pontos, para sintetizar. Logo no início do processo, houve, primeiramente, o prazo para as inscrições das instituições e sindicatos; depois, houve um prazo para pedidos de impugnações. E o Edital deixava bem claro que esses pedidos deveriam ser para a Secretaria do Planejamento. Primeiro, fomos lá, entregamos o nosso pedido de impugnação, mas, no mesmo dia, foi entregue, por *e-mail*, pedidos de impugnação contra um conjunto de entidades e sindicatos. Isso fere o Edital, que não diz que deveria ser por *e-mail*; diz que deveria ser presencial e na Secretaria.

Segundo, fica bem claro, e já há jurisprudência, que, sobre esse tipo de inscrição e esse tipo de fala por *e-mail* contradiz o Direito,

porque não há como comprovar que aquele *e-mail*, realmente, é da entidade que mandou. Não foi conferido, no dia da eleição, quem eram os representantes que estavam assinando o livro de presença. Então, qualquer um que chegava lá assinava, dizia que era o Fulano, da instituição tal. Não houve uma conferência para saber se quem estava se inscrevendo era realmente delegado, aquele que foi inscrito para representar – não houve nenhum tipo de conferência. Além do ato, isso fere o sentido e também o sentido do esclarecimento, da transparência de todo processo.

Terceiro: abriram-se os trabalhos das eleições, não foi constituída uma Mesa, como diz o Edital no ponto 3.2. Não foi constituído uma Mesa, não foi eleito um presidente, não foi eleito um secretário. Simplesmente, iniciou-se o processo.

Quarto: o Edital previa que haveria apresentação das chapas e um debate entre elas. Nada disso foi feito; simplesmente se encaminhou o processo. Antes disso, a comissão eleitoral fez a leitura dos pedidos de impugnação. Daí ficam, de novo, bem claras, as manipulações pela comissão eleitoral.

Todo mundo sabe que o Conselho é dividido em câmeras, e nós estamos disputando entidades de classe. O que estava em jogo? Estavam em jogo entidades de classe, entidades patronais, entidades da profissão do conhecimento. Nós solicitamos cinco pedidos de impugnação por entidades que eram claramente patronais, que não deveriam estar nesse Fórum, deveriam estar no

Fórum das entidades patronais. Conselhos Regionais de Profissão foram considerados entidades de classe – é uma aberração, tanto política quanto jurídica, considerar um Conselho Regional uma entidade de classe; não é o caráter jurídico deles.

Depois, houve o voto por procuração. O grupo ligado a um setor majoritário teve 17 votos na mão de três pessoas, e um só representante tinha 10 votos por procuração. Primeiro, o Edital não falava que não podia haver voto por procuração; talvez não seja irregularidade, mas é um manifesto, um movimento que não queria um debate, que não estava aberto para o debate; era como um jogo de cartas marcadas, porque quem queria convencer que tal conceito do Conselho Municipal Urbano estava errado não teria espaço, porque a entidade não estava representada: estava ali um Procurador com 10 entidades embaixo do braço. Quer dizer, não houve espaço nenhum para debate; o que se fez ali foi um teatro, um teatro de participação popular.

Oitavo: por parte de um servidor público, houve um ato discriminatório. Até então, todo mundo votava sem nenhuma identificação; aí, quando chegou um companheiro nosso para votar na mesa, um servidor público olhou para ele e disse que queria a sua identificação – até então, já tinham votado seis, sete –, exatamente porque ele foi um dos que participaram das manifestações contrárias ao processo que nós fizemos no plenário. Então não pode, de forma alguma, fazer nenhum tipo de

manifestação contrária. Esse é outro tipo de ato que foi cometido naquela eleição.

E o pior de tudo é que o Secretário Municipal passou o tempo todo nessa plenária, foi questionado por mim, foi questionado por outros companheiros, inclusive pelo Presidente do Sindicato dos Arquitetos aqui presente, o Arquiteto Urbanista Cícero Alvarez, sobre esse processo de ele não se manifestar sobre as manipulações, sobre os erros do Conselho Municipal, e ele disse que assim foi sempre e assim sempre será.

Esse conjunto de manifestações, de manipulações, de irregularidades no processo nos traz uma dúvida: qual o interesse que há, do Conselho Municipal, para brincar de democracia no processo, de cometer todas essas manipulações, essas irregularidades, para manter um grupo fechado no Conselho Municipal?

Apesar disso tudo, no resultado da eleição, nós conseguimos elegeer um representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, seção Rio Grande do Sul, que vai estar ali presente para ver qual a realidade, por que esse conjunto de manipulações, qual o interesse que tem por traz disso. Ninguém coloca uma construção tão cara – que inclusive passou por esta Casa, de construção de política pública, de conselho, de participação tripartite – fora, rasga isso... Em nome de quê? Essa é uma das grandes indignações e

indagações que nós precisamos fazer. O que há por trás desse processo de manipulação?

Para concluir, deixamos bem claro que já entramos em ação na Justiça contra esse processo. Estamos articulando um seminário no Município para discutir esse processo. Nós queremos, sim, a partir de agora, que pelo menos os fóruns tripartites desta Cidade sejam respeitados; que não sejam rasgados os seus editais - como aconteceu nesse - e que não seja desconhecido todo o processo de democracia popular, porque ninguém vai mobilizar os conselhos de representantes populares por área de planejamento, ninguém vai mobilizar as suas entidades para chegar lá e sofrer esse tipo de manipulação, esse tipo de irregularidade. Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente Mauro Zacher; meu caro Presidente do Sindicato dos Sociólogos, amigo de tantos anos, César Schütz, essas denúncias sobre o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental são da maior gravidade. Do meu ponto de vista – e eu falava com a minha companheira de Bancada, a Ver.^a Fernanda Melchionna, sobre o tema –, esse Conselho perde, meu caro Schütz, toda e qualquer legitimidade a

partir de atos como esses, denunciados agora na tribuna. Essa é a nossa avaliação, é a avaliação do PSOL.

Queremos ter mais dados neste sentido. Pedimos mais material, mais informações ao ilustre companheiro de tantas lutas, que, mesmo sendo tão jovem, já participou de tantos embates importantes na área social e política, porque esse Conselho não legítimo está vigorando, está existindo, está atuando em Porto Alegre. Nós precisamos desses dados para justamente deslegitimar e mostrar que o processo viciado traz, obviamente, uma composição que não pode ser aceita em Porto Alegre. Parabéns! Conte com o PSOL.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, cumprimento o prezado César Henrique Schütz, Presidente do Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul, bem como os arquitetos e suas representações aqui presentes. São muito preocupantes as denúncias que o senhor traz a esta Casa, referentes à Secretaria do Planejamento Municipal, sob a responsabilidade do Secretário Márcio Bins Ely, porque ele é

Presidente do Conselho do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Esse Conselho foi constituído junto com o atual Plano Diretor para ser um processo de planejamento participativo, em que os princípios da democracia têm que estar instalados, ou seja: regras claras, transparência e imparcialidade de quem é gestor público, diante da sociedade.

Nós sabemos que a Secretaria do Planejamento Municipal é quem trata dos grandes projetos e com a definição de novos índices para projetos e regiões da Cidade; portanto, há muito poder em jogo. As denúncias que o senhor traz são sérias. Inclusive sugiro ao Presidente desta Casa que encaminhe esta fala à Vara Urbanística do Ministério Público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pelo Governo.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; meu caro César Henrique Schütz, Presidente do Sindicato dos Sociólogos do Rio Grande do Sul, V.Sa. trouxe ao Plenário da Câmara uma série de denúncias. À medida que eu ouvia V. Sa., eu entendi que deveria pedir cópia do seu pronunciamento e encaminhar à Secretaria do Planejamento para

que me respondesse, se eu pudesse elucidar os fatos. Mas V. Sa. disse que fez a coisa mais certa, já ingressou em juízo, e, se ingressou em juízo, entrou com a documentação necessária, e a Justiça há de dizer se V. Sa. ou seu Sindicato tinha razão ou não. Mas, de qualquer forma, independentemente de qualquer coisa, eu vou buscar a cópia do discurso de V. Sa., mas a informação que virá para mim, eu vou ver o que faço com ela; não será entregue ao ilustre palestrante, já que entrou na Justiça. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente; caro doutor César Schütz, eu quero, antes de mais nada, dizer a Vossa Excelência... Eu, evidentemente não preciso dizer, ambos não têm interesse no que eu que estou dizendo; então, obviamente eu fico muito tranquilo. Como é desinteressante o que vou dizer, eu vou falar para a Casa, não vou falar nem para V. Exa., Sr. Presidente, e nem para... porque V. Exas. foram desatenciosos comigo.

Vou dizer o seguinte: eu estou na linha do Ver. João Dib, mas vou um pouco além. Eu não abro mão de ter, nas minhas mãos, a cópia do inteiro teor da manifestação, porque, se há algumas situações que a Justiça tem que conhecer, outras tantas existem que esta

Casa tem que conhecer. Eu quero ter esse documento em mãos para a avaliação devida e, se for o caso, levar adiante algum processo, sem nenhum desdouro pelas circunstâncias de que está ajuizada a ação competente nesse particular. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu agradeço ao conjunto dos Partidos da oposição, que me permitiram falar neste momento. Eu acho, César, que o que nós ouvimos aqui em nome do Sindicato dos Sociólogos, e sei que de outros sindicatos, é muito grave. Nós não estamos tratando de qualquer conselho; por esse Conselho passam todos os projetos que estão sendo aprovados na cidade de Porto Alegre. Esse último debate, que ainda está em aberto, do Estudo do Impacto de Vizinhança, ele, por exemplo, será o fórum de decisão sobre se o EIV será ou não aplicado em algumas situações; e nós, inclusive, consideramos isso muito delicado pelo enfraquecimento de uma lei importante. E, quando nós ouvimos que, por exemplo, uma pessoa com uma procuração – aliás, com uma lista, porque não dá para chamar de procuração algo que não

está, inclusive, registrado em cartório – de uma lista de entidades, votando em nome delas. Eu nunca vi isso em nenhuma instância de participação e de representação. Então, eu acho que são fatos muito graves. Eu sugiro que a Casa convoque o Secretário para, diante das denúncias, explicar o processo, qual é o regimento, qual é o regramento, e renovar, refazer a eleição da representação das entidades nesse Conselho. Parabéns pela coragem e pela mobilização, porque se trata de democracia nesta Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Mauro Zacher; meu caro Presidente César Henrique Schütz, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu acho profundamente estranho um Vereador criticar por criticar. V. Sa. trouxe dados, foi à Justiça; agora, os Vereadores aqui parecem que já estão julgando, não precisam mais da Justiça. Então, não há o que fazer aqui. Nós recebemos uma denúncia, não sabemos se é correta ou não, e um Vereador já sai acusando o Executivo! Eu acho que está errado! Vereador não é isso; Vereador vai ver a acusação que V. Sa. faz, se tem fundamento ou não, mas não sai já discutindo como se estivesse tudo certo, como se estivesse o assunto terminado, porque o Vereador, com a sua

extraordinária inteligência, se sobrepõe à Justiça. Então, não há por que haver Justiça. V. Sa. encaminhou para o destino certo, à Justiça, e é claro que a Câmara tem interesse em saber se está certo ou errado, mas não precisa já julgar – nem deve julgar, nem pode –, mas já julgaram o Secretário, já julgaram o Executivo, julgaram todo o mundo. O senhor está certo para alguns Vereadores. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra.

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Solicito a V. Exa. as notas taquigráficas dessa fala, pela importância, porque isso tem uma relação direta com o nosso Executivo. E eu gostaria que isso fosse enviado, no todo, para o Sr. Prefeito Municipal, porque eu acho que é uma questão em que o Prefeito tem que tomar conhecimento do todo, e não apenas uma Secretaria.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O.k., faremos isso. Suspendo a Sessão para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h27min.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): (14h28min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

O SR. PEDRO RUAS: Eu recebi um material aqui, divulgado por Twitter à Rádio Guaíba, que informa o seguinte: numa disputa interna do PMDB – e isso nos interessa muito –, o Secretário Valter Nagelstein disse que o Ver. Sebastião Melo nomeia pessoas que não trabalham. Essa questão na Prefeitura é muito grave! A informação está aqui, na Rádio Guaíba. Nós temos liderança do PMDB constituída na Casa, e isso aqui para nós é muito sério, porque não é a oposição que está dizendo, não é nenhum Vereador que está dizendo, é um Secretário que está ali, neste momento, atuando! Ele diz que um outro Vereador, Presidente do PMDB, nomeia pessoas que não trabalham! Então, é uma situação delicada, e eu solicito que V. Exa. encaminhe, em nome de todas as Bancadas, ou pelo menos em nome do PSOL, esse Pedido de Informações ao Prefeito para saber quem, segundo o Secretário da SMIC, está na Prefeitura e não trabalha. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Eu sugiro, Ver. Pedro Ruas, que V. Exa. use o instrumento regimental de Pedido de Informações para requerer ao Prefeito as informações que deseja.

O SR. IDENIR CECCHIM: Já que fui instado a responder, primeiro, queria dizer que quem nomeia pessoas é o Secretário e o Prefeito; em segundo, no PMDB se pode nomear pessoas que não trabalhem para um ou outro Secretário, mas certamente trabalham para a cidade de Porto Alegre. Tenho certeza de que o Ver. Sebastião Melo, que é Presidente, encaminha alguns nomes. São nomes que trabalham para a cidade de Porto Alegre; podem não trabalhar para um ou outro Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Sebastião Melo solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 8 de março a 14 de março de 2012. Em votação. (Pausa.) Os Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. João Pancinha, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça, CCJ.

O Ver. Elias Vidal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. ELIAS VIDAL: (Mantém-se em silêncio, com uma tarja na boca, em sinal de protesto.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Apregoo Termo de Indicação de Líder de Bancada do PPS. (Lê): “Comunicamos que, a partir do dia 12 de março de 2012, a Liderança da Bancada do PPS constituir-se-á nos seguintes termos: Líder, Ver. Paulinho Rubem Berta.” (O Ver. Paulinho Rubem Berta assina o documento.)

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, na quarta-feira da semana passada, eu recebi a incumbência do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa de, no período hábil, emitir Parecer a respeito da manifestação do Ver. Elias Vidal, de adesão a atos realizados na Casa em 2010. Obviamente que recebi essa incumbência com a devida responsabilidade e busquei esclarecer o que efetivamente acontece. Concomitantemente com esse fato, surgiu na imprensa – hoje ainda é reprisado no jornal O Sul – que o Ver. Elias estaria na iminência de retirar a sua

assinatura e, por conseguinte, transformar o processo, que estava na minha mão para relatar, insubsistente.

Assim, hoje, Vereador, eu vou aguardar até o final da presente Sessão. Nós vimos, agora, uma cena patética da presença do Ver. Elias, na tribuna, com uma tarja preta na boca - parece-me que está de luto. Evidentemente eu não vou interpretar essas situações. Eu aguardarei até o final da tarde; não ocorrendo, eu terei de fazer a minha manifestação independentemente desse fato. Muito obrigado.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher, eu, nos meus 40 anos de Câmara, não presenciei um espetáculo igual a esse. Nós não estamos vivendo uma ópera, e *pagliacci* - "*ridi, pagliacci*" - nós não somos. Eu tenho a impressão que a Comissão de Justiça, ou a Comissão de Ética, deveria examinar se o procedimento está correto. Se nós temos a tribuna para falar com o povo, deve ser usada para tal. Eu não sei se foi correto, não tenho nada com quem assinou ou deixou de assinar, não silencieei ninguém, não quero silenciar alguém. Eu quero só saber se o Regimento Interno dá guarida ao procedimento. Saúde e PAZ!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. João Dib, o registro está feito.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, tal qual os dois Vereadores que me antecederam aqui, faço a minha fala. Muitas vezes o silêncio fala mais do que mil palavras; portanto, a tribuna desta Casa é de responsabilidade de cada um dos 36 eleitos aqui. O ato do Ver. Elias Vidal é de sua responsabilidade e transmitiu para a sociedade porto-alegrense a sua indignação, da sua forma. Muito obrigado.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, a maior prova de desrespeito a este Vereador, e é o meu protesto, é que o Vereador, meu colega de Bancada, Paulinho Rubem Berta, não é Líder de Bancada, mas fez um Requerimento me substituindo. Para começo de conversa, isso teria que ser feito pela Executiva do Partido, e não por ele. Então, o pedido do Ver. Paulinho Rubem Berta é uma manobra de má-fé, nula, é uma manobra vergonhosa, desrespeitosa!

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Elias, essa é uma questão que terão que resolver internamente.

O SR. ELIAS VIDAL: O.k., então, peço que, por gentileza, desfaça esse pedido, porque esse pedido do Ver. Paulinho Rubem Berta não tem razão de ser. (Palmas.)

(Aparte antirregimental do Ver. Paulinho Rubem Berta.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Paulinho, nós estamos em Liderança. O Ver. Idenir Cecchim está inscrito para falar, e quem usou o tempo de Liderança pelo PPS foi o Ver. Elias Vidal.

(Aparte antirregimental do Ver. Paulinho Rubem Berta.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Paulinho, nós ainda não entramos no período de Comunicações.

O SR. PAULINHO RUBEM BERTA (Requerimento): Sr. Presidente, como sou obrigado a esperar pelo momento certo, gostaria que invertêssemos a ordem dos trabalhos para que viesse, logo em seguida, o período de Comunicações, ocasião em que lhe passarei as atas executivas do Partido, que me autorizam a entrar com requerimento para substituição de Líder.

E para as verdades que não são verdades, que foram ditas aqui, eu exijo uma retratação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Paulinho, V. Exa. pode nos entregar as atas para que a gente possa anexar ao Requerimento.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Eu proponho que a ordem normal dos trabalhos seja mantida, já que o Grande Expediente vem sofrendo prejuízos Sessão após Sessão, e nós não temos tido tempo para fazer o debate. Portanto, sou contra o encaminhamento do Ver. Paulinho, de alterar a ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Ver. Todeschini, qualquer alteração terá que ser votada por meio de requerimento.

O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Mauro Zacher; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu já fiz silêncio nesta Casa, mas o fiz lá da minha bancada, ou seja, nunca expus os telespectadores e muito menos os meus colegas a um circo. Fazia-se isso em Roma, Ver. Dib, onde se pensava que, para o povo, bastava pão e circo. O Ver. Elias Vidal escolheu o lugar errado. O povo não precisa só de pão e circo, Vereador! O senhor ocupou a tribuna e a fez de circo no lugar e na hora errada e para o público errado! E faz silêncio, sim; e o silêncio vale por mil palavras, como disseram alguns Vereadores, com o que eu concordo. Mas aqui não é local para circo. Eu não quero me meter na situação interna do Partido do Ver. Elias – não cabe a mim, não devo, eu tenho o meu Partido

e, agora há pouco mesmo, falei por ele; cada Partido cuida do seu Regimento Interno, do seu Estatuto, do seu programa e até das suas brigas –, mas não se deve fazer um grande circo da tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós temos tantos assuntos para falar aqui. É importante o assunto que se falava também, qual seja, o motivo que teria o Ver. Elias para ter feito esse número pirotécnico aqui, mas nós temos outros assuntos sérios, como, por exemplo, a troca de Ministros, que é feita diariamente. Antigamente, fritavam-se os Ministros; agora botam Ministros mal passados para fora do Ministério. Uma hora, frita demais; outra hora, dá só um banho de banha quente, manda o Ministro para fora e troca. Além disso, nomeiam um Ministro para deixar um candidato bem em São Paulo, nomeiam um Ministro, porque o candidato está mal nas pesquisas em Caxias, então, recupera-o tirando-o do cenário, e criam fatos, porque estamos em ano de eleição. Tudo isso faz parte da política, claro que faz parte da política, Vereadores Luiz Braz e Manfro, mas isso já está chegando à raia do que o Ver. Elias Vidal fez aqui: à raia circense. Ninguém leva mais a sério. Não dá mais para levar a sério. Será possível?

Há pouco, eu li a declaração do Governador do Ceará, que é do Partido de V. Exa., Ver. Ferronato. Aliás, o PT está queimando o seu Partido há muito tempo. Aqui no Estado, ele nem deixou o Secretário falar sobre pedágios, que é a área dele. Estão fritando o

Beto Albuquerque há tempos. Mas foram para o Ceará, a Presidente Dilma levantou o dedo para o Governador do Ceará, e ele disse: “ Presidente, a senhora não fale assim de um Governador!” E saiu da sala. Eu acho que é isso que tem que fazer, pois tem que haver respeito, seja por um Governador, um Presidente, um Vereador, ou por qualquer pessoa. Antes de falar em público, responder pelo público, tem que haver respeito. E é isso que está faltando. Está faltando respeito político e respeito pessoal por parte de muita gente, e eu acho que é isso que temos que começar a discutir, seja em Comunicação de Líder ou sentado lá na bancada. Temos que discutir a falta de respeito que as pessoas têm umas pelas outras. Há pouco, tivemos, aqui, uma grande falta de respeito de um Vereador para com todos os Vereadores e para com todos aqueles que estavam aqui assistindo a Sessão. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. NELCIR TESSARO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, eu venho a esta tribuna porque entendo que nós estamos aqui para resolver os problemas

da Cidade, e não para falar da política de Brasília ou de onde quer que seja. Nós temos que defender os problemas de Porto Alegre. E, também, quando venho a esta tribuna, não venho para me calar e, sim, para falar, porque o povo quer nos ouvir, assim como nós também precisamos ser ouvidos pelo povo. Então, por isso, venho a esta tribuna.

O Ver. Comassetto também apresentou o seu projeto, assim como o Ver. Pujol, no sentido de que tivéssemos os lotações na Zona Sul, e muito trabalhamos para isso. E hoje leio a capa do Jornal da Restinga: “Terminal de ônibus com cães e carrapatos irritam moradores”. Há quase um ano, esta Casa aprovou um projeto, Ver. Comassetto, para que pudéssemos ter naquela região da Cidade os nossos lotações, Ver. Toni Proença. Aquela região da Cidade precisa de lotações, e nós estamos aí diante de uma inércia: cadê a licitação desses lotações? Será que é porque a Av. Edgar Pires de Castro já não tem mais condições de tráfego, precisa de uma duplicação, e, se colocarem os lotações, não vai adiantar nada, porque vão demorar uma hora e vinte, uma hora e trinta minutos até o centro da Cidade? Ou será porque há um problema de conflito entre as linhas de ônibus e os lotações? Será que aquela população da Restinga e do Lami merece ficar marginalizada? A linha do lotação poderia passar pelo Campo Novo, Ver. Nilo Santos, que é a sua região, e ir para o Centro da Cidade. Mas será que aquela região não pode ter uma linha de lotação? Há quanto

tempo essa licitação está para sair!? Meu Deus, disseram que sairia em 90 dias, que em outubro ou novembro teríamos a licitação dos lotações pronta. Nós estamos no mês de março de 2012, e eu não vi nada dessa licitação dos lotações. E se ela não for feita agora, não poderá mais ser feita este ano, pois, daqui a 60, 90 dias, as licitações param, porque nós já estaremos no período eleitoral. E acabou-se.

Por outro lado, nós estamos vendo que obras iniciaram na Cidade que teriam que ter sido iniciadas em janeiro, como na nossa Av. Mauá, que está trancando a entrada de Porto Alegre. Até parece uma Prefeitura de praia, que só faz obras quando o veranista vai para praia. Aqui, as obras são feitas quando o veranista volta da praia. Então, vamos começar a organizar o cronograma de execução das obras em Porto Alegre para facilitar a vida do cidadão. Nós queremos facilitar a vida do cidadão.

Voltando ao assunto dos lotações, eu venho aqui clamar, novamente, para que esse edital de licitação saia às ruas urgentemente, porque o povo da Restinga clama.

E, na próxima semana, nos dias 14 e 15, serão entregues as chaves para mais de 500 famílias do bairro Vermelho, Vereadores Mario Fraga e Dr. Raul Torelly. São mais 500 habitações que estão surgindo. Em janeiro de 2010, eu estava como Prefeito, quando fomos lá e lançamos esse projeto. E quero aqui dizer, Ver. Toni Proença, que não houve um centavo de dinheiro público. O que há

é um financiamento da Caixa Federal, e o terreno é particular; a obra, toda ela, foi feita com recursos da Caixa Econômica Federal. Não houve participação municipal nenhuma; houve, sim, o benefício da Cidade, o benefício da Administração, que vai estar colocando as famílias no Unidão. Nós brigamos e brigamos aqui, desapropriamos, criamos leis, e as pessoas não conseguiram ser assentadas. Agora elas vão assinar, quarta-feira e quinta-feira, os seus contratos, lá na Igreja da Misericórdia, com o Padre Tranquilo, e vão, no final do mês, ter suas habitações decentes, dignas como queríamos fazer na Entrada da Cidade – na Vila Dique e em tantas outras –, para que, cada vez mais, possamos dar cidadania ao povo, dar saúde, segurança e educação. Sem moradia, esses itens não existem. Obrigado, Srs. Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Requerimento): Sr. Presidente, em atenção ao pronunciamento do Ver. Nelcir Tessaro, me parece que a Câmara poderia chamar, em Comparecimento, o Secretário Municipal dos Transportes, porque o dado da aprovação do nosso Projeto, das votações, o período de 90 dias – que já transcorreu da votação do Projeto dos lotações para a Zona Sul da nossa Cidade – já passou. Acho que caberia a esta Câmara intervir no sentido de garantir à população, que tanto se mobilizou por esse direito, os lotações.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Vereadora, sugiro que V. Exa. requeira por escrito, à Mesa, para os devidos encaminhamentos.

O Ver. Dr. Thiago Duarte está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Caros Vereadores e Vereadoras; nosso Presidente. Agradeço a amável saudação do Ver. Adeli, e venho aqui para falar de algumas coisas que julgo muito importantes, principalmente para a Zona Sul e Extremo-Sul da Cidade, sobre as quais, Pitol, temos tido retorno.

Quero lembrar aos colegas Vereadores os oito novos horários de ônibus, reiterar isso, das linhas 2671 e 2672, que levam e trazem as pessoas até ao Extremo-Sul da Cidade. E quero anunciar e reprisar o elogio que a EPTC tem recebido dessas comunidades.

Sei que foi trazida, não só por mim, essa questão aqui, mas também pelo Ver. Adeli Sell, e, realmente a Região Sul carecia desse incremento de horário. São oito novos horários de ônibus para a Região Sul e Extremo-Sul da Cidade, inclusive com dois ônibus articulados. A sugestão não foi só deste Vereador, mas de alguns outros Vereadores, e a EPTC teve a sensibilidade no sentido de acolher essa sugestão tão bem-vinda.

Quero dizer também para a Ver.^a Fernanda, que propôs aqui a presença do Secretário Cappellari...

(Aparte antirregimental da Ver.^a Fernanda Melchionna.)

O SR. DR. THIAGO DUARTE: É o Secretário Cappellari, Ver.^a Fernanda, Secretário Municipal dos Transportes, ele acumula as duas funções. Deixa eu dizer para a Ver.^a Fernanda, ele é Secretário Municipal dos Transportes e Diretor-Presidente da EPTC, ele acumula as duas funções.

Quero dizer que o Edital dos lotações – que foi uma batalha dos Vereadores, e é necessário, é correto, é transparente que se faça licitação – está na PGM e deve sair nos próximos dias, nas próximas semanas.

Então é importante tranquilizar a população de que realmente essa proposta inovadora, essa proposta que acabou indo de encontro a diversos interesses – que sabemos, estavam arraigados nesta Cidade –, essa proposta do Prefeito, que teve muita coragem ao assumir a questão do táxi-lotação para o Extremo-Sul da Cidade, para Belém Novo e para Restinga – vai ocorrer em Porto Alegre. O Edital está na PGM, e, seguramente, nas próximas semanas, nós já vamos ter esse Edital na rua.

Quero dizer também que a coragem baliza o trabalho da EPTC, e aqui sou uma pessoa que olha de fora a questão da EPTC: eu,

inicialmente, antes de ver a forma de trabalho e a transparência com que os técnicos trabalham, sei que é uma Secretaria quase que, eminentemente, técnica. Eu tinha algumas dificuldades, algumas reivindicações e algumas dúvidas, mas, ao ver a forma transparente como ocorrem os trâmites das questões da EPTC, realmente, fiquei sensibilizado com aquela forma de trabalho.

Quero dizer que outra ruptura em termos culturais e em termos de interesse que está se fazendo agora é a questão do transporte hidroviário, Projeto do Ver. Pedro Ruas. E agora nós já temos a manifestação de interesse de uma empresa para utilizar, nesse período curto, e, certamente, vamos ter, durante este ano, um processo licitatório, para podermos utilizar esse transporte e implementá-lo, como já se faz em Porto Alegre/Guaíba, e como Porto Alegre já deveria ter feito antes.

Então, realmente, é um ato de extrema coragem. O Ver. Pedro Ruas, quando fez os seus pronunciamentos aqui, disse que, se o Prefeito Fortunati tomasse essa atitude, seria um Prefeito corajoso, porque iria romper com diversos interesses, e ele está fazendo isso, ele e o Secretário Cappellari. Então, é importante também que a gente possa dar este crédito e reconhecer o trabalho que está se fazendo por... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O Ver. Haroldo de Souza assume a presidência dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): O Ver. DJ Cassiá está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DJ CASSIÁ: Obrigado, Ver. Haroldo de Souza, nosso Vice-Presidente desta Casa, presidindo, neste momento, a nossa Sessão; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; demais visitantes nesta Casa; imprensa, eu quero, Ver. Elói Guimarães, lhe agradecer a cedência deste momento de Liderança para vir à tribuna.

Nesses três anos e meio em que estou aqui, nesta Casa, Ver. Garcia, quando eu acho que vi tudo, não vi tudo não. Nunca é a última; é sempre a penúltima. Agora, analiso também que a imprensa faz um papel fundamental, nos ajuda, ajuda a sociedade, é fundamental neste País, mas ela também, de vez em quando, sustenta determinadas coisas que eu fico apavorado de ver. Se não tivesse a imprensa aqui, Ver. Paulinho Rubem Berta, talvez a sociedade não fosse levada a imaginar muitas coisas, porque a imprensa divulga algumas coisas que colocam os 36 Vereadores no mesmo barco. Se não tivesse a imprensa aqui, muita coisa não aconteceria, sabiam?

Mas eu quero falar aqui em educação, que é fundamental. Os senhores, que são da nossa Polícia Civil, da nossa Brigada Militar,

sabem que, para ter um bom delegado, um bom médico, um bom professor, é necessário ter uma educação de qualidade. O Governo que não investe em educação de qualidade não tem interesse no desenvolvimento do seu povo. Aqui eu falo abertamente, com orgulho de ser da base deste Governo, desde José Fogaça até José Fortunati, que até no nome são parecidos. O maior investimento em educação, nesses últimos anos, se deve a uma revolução na Educação no Governo José Fogaça e no Governo José Fortunati. Estou aqui pela segunda vez, Ver. Professor Garcia, na Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude, e, na semana passada, nós estivemos na Escola Municipal Ildo Meneghetti lá na Zona Norte; estivemos também na Escola João Satte, lá na Zona Norte. O que é a estrutura, Ver.^a Sofia Cavedon, o que é a qualidade de ensino daquelas escolas? Também estivemos, na semana retrasada, na Escola Anísio Teixeira, na Vila Urubatã. O que é a estrutura daquela escola? Agora, quero dizer aqui que não é uma obrigação; é um dever do gestor, do dinheiro público. Mas há alguns gestores que ficam durante anos e anos e esquecem de investir na educação. Não quero lembrar - passado é passado -, mas eu quero aqui também reivindicar: precisamos de mais investimento em cultura, de que pouco se fala neste País, em que quase nada se investe neste País. Eu mesmo participo de um projeto – seguidamente as comunidades me convidam, aos domingos – chamado Domingo

Alegre; é cultura na comunidade, cada domingo em uma comunidade. Há dez anos existe este projeto.

No ano que passou, Ver.^a Maria Celeste, 12.000 crianças, no Natal, foram beneficiadas – desculpem a expressão que vou usar aqui – pelo chamado rateio que as comunidades fazem, por meio do Domingo Alegre, com ações sociais, arrecadando alimentos, arrecadando brinquedos. Isso, sim, é investimento em cultura, mas investimento feito pela própria comunidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Obrigado, Ver. DJ Cassiá.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; senhoras e senhores, vou falar sobre um tema da maior importância. Inicio afirmando que Porto Alegre começa, agora, as obras do Cais do Porto. É uma bela notícia.

Quero falar da importância e da satisfação que tive de ter sido o Relator do Projeto quando nós tratamos do PDDUA.

Porto Alegre também está avançando, trata da orla do Guaíba, desde o Gasômetro até as proximidades do Shopping, no bairro

Cristal. Também é uma coisa importante que temos, é um avanço para a Cidade.

De outro lado, nós tivemos, aqui na Comissão da Copa, na Câmara – e diversos Vereadores participaram conosco –, a exposição de uma sugestão, de uma ideia que se tem para a construção de uma marina pública na Cidade.

Foi feita a exposição na Comissão Especial de Acompanhamento e Apoio à Copa do Mundo de Futebol de 2014; todos os Vereadores presentes se manifestaram – não diria que 100% foram favoráveis, mas deram bastante ênfase ao belo projeto, uma bela proposta para a orla: a marina pública.

Já sabemos que está aprovado um Projeto de Revitalização da Orla, do Dr. Jaime Lerner, que apresenta a sua ideia do que fazer na orla, o qual acredito que é positivo, mas acredito que o Executivo Municipal, a Prefeitura, capitaneada pelo Prefeito, deve também dar uma olhada com uma atenção toda especial, porque ali começa o debate sobre uma proposta de marina pública para a Cidade, até porque Porto Alegre detém, no seu Rio Guaíba, um dos maiores expoentes em belezas naturais, certamente.

Claro, não queremos aqui dizer que uma proposta, uma ideia ou tão somente uma sugestão seja a ideia que deva ser implantada. Não é isso que estamos querendo dizer; estamos alertando para a ideia da construção da marina pública em Porto Alegre.

Por isso, estou aqui: para fazer essa manifestação, dizendo aquilo que já disse na reunião, no final do ano passado, que sugestões que tragam proposições importantes para a Cidade terão certamente o nosso aval e, essencialmente, o aval da Câmara Municipal.

Por isso, estamos aqui para dizer que o debate continua e que esse é o início de uma grande caminhada para essa conquista que Porto Alegre poderá ter. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Não temos mais inscrições de Lideranças, mas temos que votar um Requerimento do Ver. Paulinho Rubem Berta, que solicita passar o Grande Expediente para depois das Comunicações.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, a nossa Bancada é contrária a fazer a troca novamente, porque nós já temos trocado – é a quinta vez –, e o Grande Expediente não é utilizado, e todos aqueles Vereadores que estão aguardando não conseguem ter acesso ao tempo, porque está estagnado o rodízio. Não há acordo entre Lideranças, e nós fazemos isso sempre por acordo de Lideranças.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu quero lembrar ao Ver. Paulinho Rubem Berta que as Comunicações acontecem depois da Ordem do Dia, Ver. Paulinho. Então, na verdade, se eu entendo a sua intenção, nós temos que trazer – e esse é um Requerimento que faço – as Comunicações para logo após o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Haroldo de Souza): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Paulinho Rubem Berta. (Após fechamento do painel.) Alguém deixou de votar, por gentileza? Ver. Paulinho Rubem Berta, V. Exa. não conseguiu votar? (Pausa.)

Nós não temos quórum. Nós não temos quórum, prestem atenção: nove Vereadores. Não temos quórum, está encerrada a Sessão! E, a partir daqui, assume o Presidente Mauro Zacher, mas esta Sessão, por falta de quórum, está encerrada, sim!

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h16min.)